

Carne Bovina

Luciano Feijão Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Banco do Nordeste do Brasil – BNB
lucianoximenes@bnb.gov.br

Resumo: Em 2026, a cadeia brasileira de carne bovina combina oferta ainda elevada com sinais de reversão do ciclo pecuário: no primeiro semestre, o abate cresceu 2,3%, para 21,03 milhões de cabeças, e o peso das carcaças avançou 4,0%, sustentado por animais mais pesados, mas a menor saída de vacas indica retenção gradual de matrizes e possibilidade de oferta mais restrita adiante. A demanda externa permanece decisiva: até agosto, as exportações aumentaram 4,5% em volume e 21,3% em receita, embora a quota tarifária chinesa tenha reduzido embarques e ampliado a necessidade de diversificação. No Nordeste, o abate semestral cresceu cerca de 3,7%, para 1,89 milhão de animais, e as exportações alcançaram US\$ 116,3 milhões, alta de 18,5%, com avanço de mercados como Hong Kong, Egito, Líbia e Argélia. A demanda doméstica encontra apoio no emprego e na renda, mas permanece seletiva diante da inflação, da concorrência de proteínas mais baratas e dos juros ainda elevados, que encarecem crédito, reposição e investimentos. O El Niño acrescenta risco, sobretudo ao Nordeste, às pastagens, água e grãos, por elevar custos de suplementação e aumentar a volatilidade da oferta e dos preços.

Palavras-chave: Crédito, Bovinocultura, Clima, Nordeste, Mercado.

1 Panorama Global

Oferta menor, protecionismo maior e disputa por mercados redesenham o comércio mundial de carne bovina. O mercado mundial de carne bovina atravessa 2026 sob a combinação de oferta mais restrita, mudanças no ciclo pecuário dos principais produtores, demanda firme por carne industrial nos Estados Unidos e intervenção tarifária. A projeção de abril do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, USDA, aponta redução de 1,12% na produção global, para 61,6 milhões de toneladas equivalente-carcaça, e queda também de 0,85% nas exportações, para 13,8 milhões de toneladas. Brasil, EUA, China, União Europeia e Austrália contribuiriam para a retração produtiva, compensada parcialmente por avanços de Índia, México e Nova Zelândia (USDA, 2026a). O quadro não representa enfraquecimento da demanda, a contração decorre principalmente da disponibilidade de animais, do

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Rogerio Sobreira Bezerra (Economista-Chefe) Allisson David de Oliveira Martins (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano F. Ximenes (Gerente Executivo), Biagio de Oliveira Mendes Junior, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Jackson Dantas Coelho, Kamilla Ribas Soares, Maria de Fátima Vidal. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo), Carlos Henrique Alves de Sousa, Márcia Melo de Matos, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Breno Pereira Aragão, Sânia da Silva Costa (Bolsistas de Nível Superior). O Caderno Setorial ETENE é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo.

Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; bancodonordeste.gov.br

estágio do ciclo pecuário, dos custos de produção e de restrições sanitárias e comerciais. Nos EUA, a menor oferta de novilhos e novilhas para confinamento limita a produção; na UE, custos elevados e pressões regulatórias restringem o crescimento; no Brasil, a reversão do ciclo pecuário começa a reduzir a disponibilidade de animais para abate; e, na Austrália, a elevada participação de fêmeas no abate indica que parte da expansão recente pode perder força adiante (USDA, 2026a; WBF, 2026).

Brasil mantém a liderança, embora entre em fase de menor expansão. O Brasil permanece como o principal produtor mundial de carne bovina. O USDA estimou a produção brasileira de 2026 em 12,37 milhões de toneladas, 1,86% abaixo do recorde de 12,61 milhões de toneladas de 2025. O consumo doméstico brasileiro foi estimado em 8,15 milhões de toneladas, enquanto as exportações 4,28 milhões de toneladas, cerca de 1/3 da produção nacional. A redução projetada deve ser interpretada como movimento cíclico, após período de elevados abates, especialmente de fêmeas. O relatório do USDA (2026b) para o Brasil, assinala que os produtores tendem a reter animais à medida que se inicia a reversão do ciclo pecuário, movimento que restringe o abate e pressiona os preços dos bezerros. Ao mesmo tempo, a demanda externa, a competitividade cambial e as dificuldades enfrentadas por concorrentes sustentam as exportações. No comércio exterior, o Brasil continua muito à frente dos concorrentes. A estimativa do USDA de 4,28 milhões de toneladas para 2026 corresponde a quase o dobro das 2,16 milhões previstas para a Austrália e a mais de cinco vezes as 800 mil toneladas estimadas para a Argentina. A escala produtiva, a menor dependência de alimentação intensiva em grãos, a ampla base de frigoríficos e o acesso a diferentes mercados preservam a vantagem brasileira, ainda que quotas e exigências sanitárias elevem o custo de comercialização (USDA, 2026a).

China introduz um teto efetivo para o crescimento das exportações. Continua como principal importador mundial, mas deixou de funcionar como destino praticamente ilimitado para o crescimento da oferta sul-americana. O USDA projetou importações de 3,20 milhões de toneladas em 2026, redução de 12,52% frente às 3,66 milhões de toneladas de 2025, frente à adoção, em janeiro de 2026, de uma quota tarifária de 2,69 milhões de toneladas para carnes bovinas frescas, refrigeradas e congeladas. Os volumes excedentes ficam sujeitos a tarifa adicional de 55%, somada à tarifa aplicável dentro da quota. A medida chinesa foi adotada após investigação de salvaguarda que concluiu haver aumento rápido e expressivo das importações concomitante a prejuízo para a indústria doméstica, segundo analistas. A participação da carne importada no mercado chinês cresceu de 20,55% para 30,90% entre 2019 e meados de 2024. Brasil, Argentina, Austrália, Estados Unidos, Uruguai e Nova Zelândia figuravam entre os principais fornecedores (USDA, 2026a; 2026c). Para o Brasil, o risco é ampliado pela concentração. O WBR (2026) informa que o produto brasileiro respondeu por 140,1 mil das 215,3 mil toneladas importadas pelo país asiático em julho, participação de 65%.

Estados Unidos passam de concorrentes a grande polo de atração da oferta. A situação norte-americana atua na direção oposta à chinesa. O relatório do USDA (2026a) projetou produção de 11,74 milhões de toneladas em 2026, discreta queda de 0,81%, e exportações de 1,07 milhão de toneladas, recuo de 8,21%. Em paralelo, as importações devem crescer 5,84%, para 2,63 milhões de toneladas, diante da demanda robusta por cortes magros para fabricação de carne moída. Os EUA produzem animais terminados com concentrados, cujo maior teor de gordura gera demanda por carne magra importada para composição de blends de carne moída. Observa, ainda, que as importações costumam aumentar nos períodos de contração do rebanho doméstico (USDA, 2026d). A escassez norte-americana já funciona como sustentação para os preços globais. Com menor produção interna, forte demanda por carne magra e retração das exportações, os EUA competem com a China pela oferta sul-americana e da Oceania. Para o Brasil, trata-se de oportunidade de diversificação, mas também de risco: a concentração das exportações aos EUA pode reduzir a disponibilidade para a China justamente quando começarem as vendas associadas à quota chinesa seguinte.

Austrália, Argentina, Índia e União Europeia seguem trajetórias distintas. A Austrália aparece como segundo maior exportador, com 2,16 milhões de toneladas projetadas pelo USDA em 2026, ligeiramente abaixo de 2025. O WBR (2026) relata produção recorde de 2,985 milhões de toneladas no ano fiscal 2025/26 e abate de quase 9,6 milhões de bovinos, maior volume desde 1978, com 55% de fêmeas no abate trimestral. O desempenho recente foi favorecido por condições sazonais anteriores que permitiram

recomposição do rebanho, mas a elevada participação de fêmeas e a moderação do abate desde o fim de junho sugerem menor capacidade de expansão futura. A **Argentina** caminha para exportar 800 mil toneladas, alta de 3%, apesar de pequena redução da produção para 3,08 milhões de toneladas. O USDA atribui o avanço a uma alocação relativamente favorável na quota chinesa e à ampliação da quota específica no mercado dos EUA. O WBR registra crescimento do valor exportado superior ao do volume, reflexo de preços médios mais altos e do redirecionamento de parte das vendas da China para mercados de maior valor, sobretudo os EUA. A **Índia** deve produzir 4,73 milhões de toneladas e exportar 1,70 milhão, considerando-se a carne de búfalo. Sua expansão oferece produto competitivo em mercados sensíveis a preço, embora exigências sanitárias e religiosas limitem a substituição direta da carne bovina brasileira em determinados destinos (USDA, 2026a; WBF, 2026). A **União Europeia** combina produção ligeiramente menor, de 6,35 milhões de toneladas, custos elevados e maior pressão regulatória. O bloco permanece relevante nos segmentos de alto valor, mas tem menor capacidade de influenciar o comércio de carne industrial quando comparado a Brasil, Austrália e Estados Unidos. **México** e **Nova Zelândia** aparecem como exceções no cenário de retração. O México teria aumento expressivo da produção e das exportações porque restrições ao ingresso de bovinos vivos nos EUA elevaram a disponibilidade de animais para abate doméstico. A Nova Zelândia, por sua vez, deve ampliar moderadamente produção e exportações, aproveitando a demanda por carne magra (USDA, 2026).

Clima amplia incerteza sobre pastagens, rebanhos e custos. O clima tornou-se componente central do risco de mercado. Em 10 de setembro de 2026, a NOAA/CPC informou que o El Niño estava se fortalecendo, com probabilidade superior a 90% de alcançar intensidade muito forte durante o outono e o inverno de 2026/27 no Hemisfério Norte. Para o trimestre outubro-dezembro de 2026, a instituição atribuiu 75% de probabilidade de o índice RONI atingir pelo menos +2,5 °C, **nível superior aos eventos anteriores da série iniciada em 1950**. O cenário central do RONI para outubro-dezembro é de +2,67 °C, com intervalo de 90% aproximadamente entre +2,12 °C e +3,23 °C. A NOAA adverte, contudo, que a intensidade do índice oceânico não determina automaticamente os impactos de temperatura e precipitação em cada região. A avaliação de risco regional deve ser feita com os prognósticos sazonais específicos, e não somente com a classificação do El Niño (NOAA, 2026a; 2026b). Para a pecuária, os canais de transmissão são conhecidos: alterações na precipitação afetam disponibilidade e qualidade das pastagens, oferta de água, taxa de lotação e necessidade de suplementação; temperaturas elevadas podem reduzir consumo e desempenho animal; secas prolongadas induzem descarte de matrizes e aumento inicial do abate, seguido de oferta menor nos anos posteriores. A intensidade desses efeitos dependerá da localização, da duração do evento e da capacidade de adaptação de cada sistema produtivo. Esta relação constitui análise econômica baseada nos mecanismos produtivos, enquanto a NOAA limita sua afirmação oficial à maior probabilidade do fenômeno e ressalva que impactos regionais não são garantidos. No Brasil, o risco merece atenção especial nas áreas de produção extensiva e no Semiárido, nas quais irregularidade das chuvas pode restringir pastagens e elevar despesas com suplementação e transporte de água. Em regiões de grãos, eventuais perdas de milho e soja também podem elevar o custo dos confinamentos. Ao mesmo tempo, uma seca pode aumentar temporariamente a oferta de animais para abate, pressionando preços no início, antes de produzir escassez e alta posterior. Portanto, o clima pode gerar efeitos opostos conforme o momento do ciclo.

2 Brasil

2.1 Cenário macroeconômico

A economia brasileira chega ao segundo semestre de 2026 com desaceleração gradual da atividade, inflação em processo de arrefecimento e mercado de trabalho ainda favorável. Para a cadeia da carne bovina, essa combinação produz efeitos distintos: emprego e renda real sustentam o potencial de consumo interno, enquanto juros elevados, crédito mais seletivo e valorização da matéria-prima reduzem a capacidade de expansão da demanda, dos investimentos e das margens ao longo da cadeia.

O Relatório Focus de 18 de setembro projetava crescimento do Produto Interno Bruto de 1,88% em 2026 e de 1,43% em 2027, após a expansão de 2,3% registrada em 2025. As expectativas indicam, portanto, continuidade do crescimento, porém em ritmo mais moderado. Para o IPCA, as medianas eram de 4,92% em 2026 e 4,30% em 2027, acima do centro da meta de 3,0%. A taxa de câmbio era estimada em

R\$ 5,20 por dólar ao final de 2026 e em R\$ 5,28 em 2027 (Bacen, 2026a; 2026b; Emis Insights, 2026). Não obstante, o enfraquecimento da atividade já aparece nos indicadores de demanda, dada a retração do consumo das famílias no segundo trimestre, a perda de dinamismo dos serviços e a perspectiva de desempenho fraco no terceiro trimestre. Em julho, o volume de serviços ficou estável na margem e cresceu 0,9% em relação ao mesmo mês de 2025; em 12 meses, a expansão desacelerou de 3,1% em janeiro para 2,4% em julho. Os serviços prestados às famílias, indicador relevante para alimentação fora do domicílio, avançaram 0,5% no mês e acumulavam alta de 1,6% em 12 meses (Febraban, 2026). Esse quadro sugere que a demanda por carne bovina não enfrenta uma contração generalizada, mas encontra pouco espaço para crescimento acelerado. Ademais, o consumo doméstico tende a se concentrar em ocasiões, canais e produtos de menor desembolso, enquanto cortes mais valorizados ficam mais dependentes das famílias de renda média e alta, do setor de restaurantes e das exportações.

Emprego e renda preservam o potencial do mercado interno. A população do Brasil supera 210 milhões em 2026, o que lhe confere extensa base potencial de consumidores. A conversão desse mercado em demanda efetiva depende, contudo, da renda disponível, do emprego, da inflação dos alimentos e dos preços relativos das proteínas. No 2T2026, a taxa de desocupação caiu para 5,4%, ante 6,1% no 1T2026 e 5,8% no 2T2025. A população ocupada atingiu 103,1 milhões de pessoas, e o rendimento médio real habitual de todos os trabalhos alcançou R\$ 3.738, alta de 2,8% na comparação anual (IBGE, 2026b). O baixo desemprego e o crescimento real da renda formam uma base positiva para o consumo de proteína animal. Essa sustentação, entretanto, é regionalmente desigual. No Nordeste, o rendimento médio real habitual foi de R\$ 2.645 no 2T2026, apesar do avanço interanual de 4,9%, e a taxa de desocupação atingiu 7,6%. Assim, o mercado consumidor é amplo e segmentado. Para a indústria frigorífica, isso aumenta a importância de combinar exportações, varejo doméstico e canais de alimentação fora do domicílio, de modo a maximizar o aproveitamento dos diferentes cortes da carcaça.

Inflação em desaceleração, com pressão emergente nos preços agropecuários. O IPCA registrou deflação de 0,32% em agosto e desacelerou de 4,44% para 4,22% no acumulado de 12 meses. A queda mensal foi explicada principalmente pela redução de 7,63% da energia elétrica, que retirou 0,33 ponto percentual do índice. Alimentação e bebidas recuaram 0,34%, enquanto os serviços subiram apenas 0,03% no mês, embora ainda acumulassem 5,46% em 12 meses. A melhora do índice ao consumidor ainda não elimina o risco de nova pressão sobre os alimentos. Em agosto, o IGP-DI variou 0,06%, mas o IPA Agropecuário acelerou de 0,77% em julho para 2,92%. Entre os produtos que puxaram o movimento estavam soja, com alta de 7,4%, milho, com 4,9%, e bovinos, com 3,7%. A Febraban relaciona essa elevação aos receios sobre os efeitos do El Niño na safra 2026/27 e adverte que a pressão localizada no atacado pode alcançar os alimentos consumidos pelas famílias no fim do ano (Febraban, 2026; IBGE, 2026b). Para a carne bovina, o movimento contém pressão dupla. A valorização dos bovinos eleva diretamente o custo industrial da matéria-prima; as altas de milho e soja podem encarecer a suplementação e o confinamento. Como a capacidade de repasse ao consumidor está limitada pela renda, pela concorrência das demais proteínas e pela moderação do consumo, parte do aumento pode ser absorvida pelas margens de produtores, frigoríficos, distribuidores ou varejistas.

Juros e condições de crédito. O Copom reduziu a Selic para 13,75% ao ano em 16 de setembro de 2026. Apesar do início da flexibilização, a política monetária permanece restritiva. O Comitê avaliou que a inflação continuava pressionada pela demanda e que expectativas desancoradas exigiam restrição monetária maior e mais prolongada. O Focus sinalizava Selic de 13,50% ao final de 2026 e 12,00% no encerramento de 2027. Mesmo com cortes adicionais, os juros deverão continuar elevados em termos nominais e reais, mantendo alto o custo de capital de giro e de investimento. A transmissão monetária já alcança o crédito. O Copom identificou desaceleração das operações com recursos livres e redução mais pronunciada nas modalidades de prazo longo, mais sensíveis aos juros (Bacen, 2026a; 2026b).

2.2 Produção

A produção brasileira permaneceu elevada no primeiro semestre de 2026, embora os indicadores já apontem perda de ritmo diante da aproximação de menor oferta no ciclo pecuário. Entre janeiro e junho, foram abatidos 21,03 milhões de bovinos, ante 20,55 milhões no mesmo período de 2025, crescimento de 2,30%. O peso total das carcaças aumentou em proporção maior, de 5,19 para 5,40 mi-

lhões toneladas, alta de 3,95% (Tabelas 1 e 2). No 2T2026, o abate chegou a 10,72 milhões de cabeças, 1,28% acima do mesmo período de 2025 e 4,0% superior ao 1T2026. O peso das carcaças atingiu 2,76 milhões de toneladas, com avanços de 3,0% na comparação anual e de 4,45% em relação 1T2026, e o rendimento passou de 253,0 para 257,3 kg/carcaça, alta de 4,3 kg/carcaça, na comparação entre o 2T2025 e o 2T2026.

Tabela 1 – Bovinos abatidos no trimestre, em cabeças. Brasil, regiões e estados do Nordeste

Unidade geográfica	2025						2026		
	1	2	3	4	Total	(%)	1	2	Variação (%)
Brasil	9.962.917	10.585.635	11.347.487	11.056.273	42.952.312		10.311.847	10.721.343	3,97
Centro-Oeste	3.655.751	3.822.157	4.120.499	3.940.385	15.538.792	36,18	3.704.863	3.842.747	3,72
Norte	2.378.006	2.516.228	2.743.371	2.580.002	10.217.607	23,79	2.460.325	2.433.016	-1,11
Sudeste	2.098.932	2.258.741	2.416.266	2.348.384	9.122.323	21,24	2.216.159	2.449.965	10,55
Sul	930.720	980.326	1.044.904	1.134.959	4.090.909	9,52	971.386	980.151	0,90
Nordeste	860.889	962.725	975.800	1.005.504	3.804.918	8,86	912.413	977.858	7,17
Bahia	333.122	386.526	372.385	370.878	1.462.911	38,45	349.469	389.905	11,57
Maranhão	196.178	212.525	224.298	224.469	857.470	22,54	202.944	180.251	-11,18
Pernambuco	109.054	119.586	112.525	138.473	479.638	12,61	116.511	127.700	9,60
Sergipe	83.339	89.410	93.599	87.940	354.288	9,31	85.094	86.863	2,08
Alagoas	42.202	43.219	47.945	51.378	184.744	4,86	45.405	47.392	4,38
Ceará	37.940	43.061	46.526	52.910	180.437	4,74	47.009	51.059	8,62
Piauí	31.464	39.582	45.143	43.940	160.129	4,21	37.322	39.215	5,07
Rio Grande do Norte	27.590	28.816	33.379	35.516	125.301	3,29	28.659	31.549	10,08

Fonte: adaptado pelo autor da Pesquisa Trimestral do Abate - PTA (IBGE, 2026c).

O melhor desempenho do rendimento sugere que a produção vem sendo parcialmente sustentada por ganhos de produtividade, movimento devido à expansão do confinamento e da terminação intensiva, o aprimoramento da nutrição, o melhoramento genético, os avanços sanitários e a maior padronização dos animais destinados à indústria (Emis Insights, 2026). A intensificação continua avançando em 2026. A prévia do Censo de Confinamento da DSM-Firmenich estima 9,78 milhões de bovinos confinados no ano, alta de 5,7% frente aos 9,25 milhões de 2025. A fonte também registra que confinamento e Terminação Intensiva a Pasto responderam, conjuntamente, por 23% dos animais abatidos em 2025 (Safras & Mercados, 2026). Ademais, a indústria de alimentação animal confirma o movimento de intensificação. No 1T2026, a produção de rações para bovinos de corte somou 1,28 milhão de toneladas, e a previsão do Sindirações era superar 8,2 milhões de toneladas no ano, pois a elevada oferta de animais no início de 2026 e o forte fluxo exportador ajudaram a equilibrar a disponibilidade doméstica e sustentar as cotações (Sindirações, 2026).

No Nordeste, foram abatidos 1,89 milhão de bovinos no 1S2026, aproximadamente 3,7% acima do 1S 2025. O peso total das carcaças alcançou 467,9 mil toneladas, alta de cerca de 3,5%. A região respondeu por aproximadamente 9,0% do abate nacional no semestre. Bahia e Maranhão permaneceram como os principais polos, seguidos por Pernambuco e Sergipe. A Bahia liderou o abate, com 739,4 mil cabeças no 1S2026 e volume próximo de 183,1 mil toneladas. A ampliação e a modernização da indústria regional podem mudar gradualmente esse quadro. O avanço de unidades frigoríficas e de projetos de intensificação ampliam a capacidade de abate sob inspeção, reduz distâncias entre áreas produtoras e plantas industriais e cria condições para maior inserção exportadora. Entretanto, o desenvolvimento produtivo regional continua condicionado pela regularidade da oferta de animais terminados, pelos custos de alimentação, na disponibilidade hídrica e pela adaptação dos sistemas ao clima semiárido.

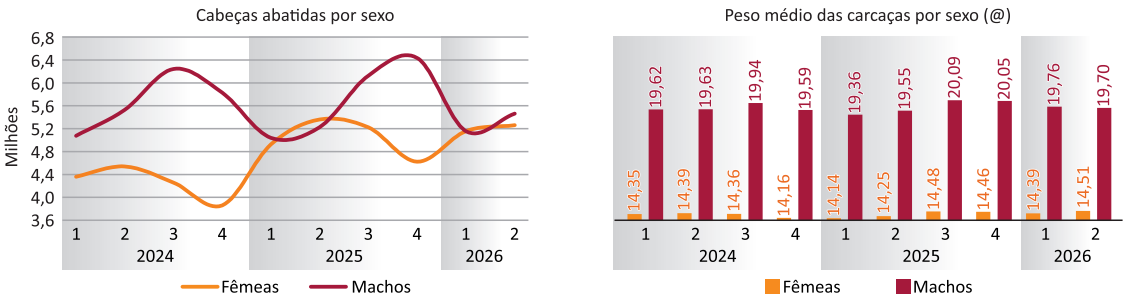
Tabela 2 – Peso total das carcaças no trimestre, em mil toneladas. Brasil, regiões e estados do Nordeste

Unidade geográfica	2025						2026		
	1	2	3	4	Total	(%)	1	2	Variação (%)
Brasil	2.507,463	2.678,248	2.980,055	2.937,450	11.103,215		2.640,658	2.758,070	4,45
Centro-Oeste	946,843	1.002,787	1.137,310	1.103,548	4.190,489	37,74	992,196	1.032,711	4,08
Norte	573,833	607,928	682,762	654,317	2.518,840	22,69	604,105	602,983	-0,19
Sudeste	536,386	581,894	647,239	634,695	2.400,214	21,62	569,289	633,441	11,27
Sul	224,782	237,172	255,832	279,981	997,767	8,99	237,159	238,974	0,77
Nordeste	215,576	236,716	244,792	252,580	949,664	8,55	226,260	241,635	6,80
Bahia	84,843	97,320	96,662	95,394	374,218	39,41	86,810	96,328	10,96
Maranhão	46,633	50,553	55,291	56,246	208,723	21,98	49,698	44,174	-11,11
Pernambuco	29,565	31,599	30,166	36,466	127,796	13,46	30,920	33,445	8,17
Sergipe	23,171	24,443	25,235	23,979	96,829	10,20	23,475	24,059	2,49
Alagoas	11,483	10,298	12,340	13,343	47,464	5,00	12,182	12,805	5,12
Ceará	8,137	9,036	9,795	11,363	38,330	4,04	9,919	10,755	8,43
Piauí	5,485	6,969	7,872	7,876	28,202	2,97	6,619	6,882	3,97
Rio Grande do Norte	6,260	0,000	7,430	7,913	21,603	2,27	0,000	6,708	-
Paraíba	0,000	6,499	0,000	0,000	6,499	0,68	6,638	6,480	-2,38

Fonte: adaptado pelo autor da Pesquisa Trimestral do Abate - PTA (IBGE, 2026c).

O abate de bovinos permaneceu em patamar elevado no 2T2026, mas a composição da oferta emitiu sinais de mudança no ciclo pecuário. Dos 10,72 milhões de animais abatidos sob inspeção sanitária, 5,46 milhões eram machos e 5,26 milhões eram fêmeas, equivalentes a 51,0% e 49,0% do total, respectivamente. Um ano antes, as fêmeas respondiam por 50,6% dos abates. Na comparação entre o 2T2025 e o 2T2026, o abate de fêmeas recuou 1,9%, enquanto o de machos aumentou 4,5%. A redução ocorreu principalmente entre as vacas, cujo abate caiu 5,0% na comparação anual. O abate de novilhas avançou 4,6%, o de bois cresceu 3,5% e o de novilhos aumentou 17,1%. É uma transição ainda parcial: a menor saída de vacas é compatível com o início da retenção de matrizes, mas o crescimento do abate de novilhas mostra que a recomposição do plantel de fêmeas ainda não se estendeu de forma uniforme às categorias mais jovens (Figura 1).

Figura 1 – Bovinos abatidos por sexo e peso médio das carcaças por sexo no Brasil



Fonte: adaptado pelo autor da Pesquisa Trimestral do Abate - PTA (IBGE, 2026c).

Nordeste combina maior presença de bois no abate em relação às fêmeas e forte desigualdade entre os estados. O Nordeste respondeu por 9,1% do abate brasileiro, com 977,9 mil animais no 2T2026. Os machos somaram 534,9 mil cabeças, 55,7%; as fêmeas, 424,8 mil animais, 44,3%. O peso médio regional alcançou 248,1 kg por carcaça, cerca de 9 kg abaixo da média brasileira. As carcaças dos machos pesaram, em média, 282,0 kg; as das fêmeas, 205,3 kg, menor resultado entre as grandes regiões. As diferenças refletem a composição das categorias abatidas e a heterogeneidade dos sistemas de produção, que abrangem desde a pecuária extensiva dependente das chuvas até polos com maior uso de suplementação e terminação intensiva. A **Bahia** permaneceu como principal polo nordestino, com 389,9 mil bovinos abatidos, 39,87% do total regional (Tabela 1). Os números estaduais mostram que o crescimento do abate não significa necessariamente ganho proporcional de produção. **Alagoas** combinou expansão do número de animais (+7,95%) com aumento ainda maior do volume (-12,83%)

na comparação 2S2026/1S2025, enquanto a Bahia registrou mais cabeças (+0,87%) e menor peso total (-1,02%), na mesma base de comparação. Além do volume abatido, a idade, o sexo, o acabamento e o peso dos animais determinam a oferta efetiva de carne e o rendimento industrial.

Clima e crédito acrescentam incerteza ao ciclo produtivo. O risco climático converte-se em risco de crédito quando o menor ganho de peso adia receitas, eleva os gastos com alimentação e água ou obriga o produtor a vender animais em condições desfavoráveis. A diferença entre os estados nordestinos reforça a necessidade de que a análise de financiamento não se limite às médias regionais. Fluxo de caixa, lotação das pastagens, reservas alimentares, disponibilidade hídrica, duração do ciclo produtivo e capacidade de ajuste do rebanho são fatores essenciais para avaliar a capacidade de pagamento. Nesse contexto, as ações de mitigação e a concessão de crédito para formação ou recuperação de pastagens devem considerar o **Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a Pecuária, ZARC Pecuária**, nos estados abrangidos. A Portaria SPA/MAPA nº 8/2024 inclui **Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe**, além de outras unidades da Federação. O **Ceará** não está entre os estados contemplados pela portaria. O ZARC Pecuária identifica áreas de menor risco para bovinos mantidos em pastagens de capim-marandu sob sequeiro e apresenta, por município, indicadores relacionados à capacidade de suporte e ao risco de insuficiência de alimentos. A **Taxa de Lotação Crítica** representa a maior lotação constante que não provoca falta de forragem em determinado período do ano, considerando as variações sazonais e interanuais da produção. O **Risco de Não Atendimento da Demanda por Alimentos** mede a proporção dos dias do mês em que o déficit acumulado de forragem supera o nível crítico. Para fins de gestão do risco de crédito, esses indicadores podem subsidiar a compatibilização entre lotação, capacidade produtiva da pastagem, água disponível no solo e planejamento alimentar. O próprio zoneamento informa que, nos períodos de maior risco de déficit, a resposta indicada é suplementar a alimentação ou reduzir a taxa de lotação, de modo a preservar o desempenho animal e evitar o superpastejo. O instrumento considera taxas entre 0,75 e 2,5 unidades animais por hectare e seis classes de água disponível no solo.

A utilização do ZARC, contudo, exige cautela. O zoneamento anexo foi desenvolvido para o capim-marandu em sistema de sequeiro e seus resultados não devem ser extrapolados para áreas do Semiárido, da Amazônia ou de determinadas regiões subtropicais não abrangidas pela metodologia. O documento também pressupõe manejo agrônomo adequado e ausência de limitações relevantes de fertilidade, pragas, doenças e plantas daninhas. Portanto, o enquadramento no ZARC não substitui a assistência técnica, a avaliação local das pastagens nem a análise financeira do empreendimento.

Para reduzir a exposição do crédito aos efeitos do El Niño, a avaliação das operações deve articular o ZARC Pecuária, quando aplicável, com medidas como ajuste antecipado da lotação, formação de reservas de silagem e feno, diversificação de forrageiras, suplementação estratégica, conservação do solo e garantia de fontes de água. Tais medidas devem constar do planejamento técnico e financeiro e ser dimensionadas segundo o município, a classe de água disponível do solo e o sistema produtivo. No Nordeste, sob risco crescente de irregularidade climática, o desempenho futuro dependerá menos da simples ampliação do rebanho e mais da capacidade de adequar lotação, alimentação, água, produtividade e endividamento às condições locais.

2.3 Comércio exterior

Receita cresce mais que o volume e confirma valorização da carne brasileira. O comércio exterior continuou sendo o principal canal de sustentação da cadeia brasileira de carne bovina em 2026. De janeiro a agosto, o País exportou 2,16 milhões de toneladas, no valor de US\$ 12,68 bilhões, considerando *carne in natura*, industrializada e miudezas. Na comparação com igual período de 2025, o volume aumentou 4,5%, enquanto a receita avançou 21,3%. O saldo comercial do segmento atingiu US\$ 12,52 bilhões, crescimento de 22,0%. A receita avançou 21,3%, ritmo muito superior ao aumento de 4,5% do volume, refletindo elevação de aproximadamente 16,0% no valor médio por quilograma. O valor médio implícito das exportações passou de US\$ 5,07/kg, entre janeiro e agosto de 2025, para US\$ 5,88/kg em 2026, alta de 16,0%. Esse resultado indica que o desempenho do ano não dependeu apenas da ampliação dos embarques, mas também da valorização da carne brasileira no mercado internacional. O movimento é coerente com a oferta mundial mais restrita, a diminuição da disponibilidade de ani-

mais em países concorrentes e a demanda firme dos Estados Unidos por carne magra destinada ao processamento, conforme precitado. O avanço acumulado, entretanto, esconde uma perda de ritmo após o primeiro semestre. As exportações passaram de 311,0 mil toneladas e US\$ 1,96 bilhão em junho para 258,0 mil toneladas e US\$ 1,57 bilhão em julho e 226,8 mil toneladas e US\$ 1,34 bilhão em agosto. Esse recuo mensal coincidiu com as restrições impostas pela quota tarifária chinesa e com a necessidade de redistribuir os embarques entre outros mercados. A comparação mensal deve ser interpretada com cautela, pois também pode refletir sazonalidade, programação dos frigoríficos e datas de registro aduaneiro. O padrão confirma o Brasil como exportador líquido e indica que as compras externas cumprem função complementar, atendendo segmentos, cortes e especificações comerciais particulares (Tabela 3).

Tabela 3 – Comércio exterior de carne bovina no Brasil. Dados mensais e acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Ano	Mês	Exportação		Importação		Saldo/déficit	
		KG	US\$	KG	US\$	KG	US\$
2025	Janeiro	206.510.268	995.296.058,0	3.112.729	23.056.859,0	203.397.539	972.239.199,0
	Fevereiro	216.894.338	1.038.713.109,0	3.970.504	29.639.428,0	212.923.834	1.009.073.681,0
	Março	245.566.094	1.170.787.357,0	3.162.341	23.243.439,0	242.403.753	1.147.543.918,0
	Abril	271.620.564	1.326.202.965,0	2.352.399	17.591.181,0	269.268.165	1.308.611.784,0
	Maior	247.659.478	1.245.051.811,0	3.041.703	22.141.801,0	244.617.775	1.222.910.010,0
	Junho	268.962.083	1.423.572.689,0	3.651.981	26.457.287,0	265.310.102	1.397.115.402,0
	Julho	310.194.696	1.662.870.255,0	3.239.085	23.143.917,0	306.955.611	1.639.726.338,0
	Agosto	295.159.865	1.596.005.856,0	3.310.597	23.974.242,0	291.849.268	1.572.031.614,0
	Setembro	347.609.593	1.891.551.661,0	3.026.197	23.623.727,0	344.583.396	1.867.927.934,0
	Outubro	353.069.055	1.889.716.392,0	3.104.902	26.389.880,0	349.964.153	1.863.326.512,0
	Novembro	352.517.549	1.866.067.006,0	2.117.744	17.257.599,0	350.399.805	1.848.809.407,0
	Dezembro	342.158.748	1.834.644.690,0	2.751.659	24.133.182,0	339.407.089	1.810.511.508,0
2026	Janeiro	258.771.674	1.393.269.939,0	2.115.493	18.262.752,0	256.656.181	1.375.007.187,0
	Fevereiro	261.992.936	1.431.918.890,0	2.676.902	20.325.858,0	259.316.034	1.411.593.032,0
	Março	265.514.399	1.471.345.340,0	2.929.161	23.577.093,0	262.585.238	1.447.768.247,0
	Abril	283.325.932	1.705.825.074,0	2.458.761	18.856.378,0	280.867.171	1.686.968.696,0
	Maior	290.298.935	1.813.098.822,0	1.684.396	14.715.006,0	288.614.539	1.798.383.816,0
	Junho	311.029.447	1.957.930.632,0	2.460.297	20.012.068,0	308.569.150	1.937.918.564,0
	Julho	257.983.165	1.565.873.030,0	2.504.590	22.306.768,0	255.478.575	1.543.566.262,0
	Agosto	226.777.803	1.343.797.044,0	2.752.291	21.176.187,0	224.025.512	1.322.620.857,0
2026 (Acumulado)		2.155.694.291	12.683.058.771,0	19.581.891	159.232.110,0	2.136.112.400	12.523.826.661,0
2025 (Acumulado)		2.062.567.386	10.458.500.100,0	25.841.339	189.248.154,0	2.036.726.047	10.269.251.946,0
Variação 2025-2026 (%)		4,52	21,27	-24,22	-15,86	4,88	21,95

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Carne in natura domina a pauta. A carne bovina in natura respondeu por 1,918 milhão de toneladas e US\$ 11,74 bilhões, equivalentes a aproximadamente 89% do volume e 93% da receita exportadora. Na comparação anual, os embarques aumentaram 4,7% e a receita cresceu 22,3%. O preço médio passou de US\$ 5,24 para US\$ 6,12 por kg, alta de 16,8%. As miudezas somaram 173,5 mil toneladas e US\$ 428,4 milhões, com expansões de 6,4% no volume e de 16,2% no valor. Embora representem parcela menor da pauta, esses produtos são relevantes para o aproveitamento econômico da carcaça e para mercados que mantêm padrões de consumo diferentes dos observados no Brasil. Na carne industrializada, o volume caiu 5,6%, para 63,9 mil toneladas, mas a receita subiu 5,5%, para US\$ 514,5 milhões. O valor médio avançou de US\$ 7,21 para US\$ 8,06 por kg. O resultado mostra valorização do produto, mas também revela que o crescimento exportador brasileiro continuou concentrado na carne *in natura*, com espaço ainda limitado para ampliar a participação de itens industrializados e de maior valor agregado (Tabela 4).

China perde participação, enquanto Estados Unidos e outros destinos ganham espaço. A China permaneceu como principal destino da carne brasileira, mas diminuiu sua participação. Entre janeiro e agosto de 2026, o país asiático adquiriu 872,9 mil toneladas, no valor de US\$ 5,44 bilhões. O volume caiu 7,9% em relação ao mesmo período de 2025, enquanto a receita aumentou 9,4%. A participação chinesa na receita brasileira recuou de 47,5% para 42,9%. O comportamento reflete a valorização do

produto, mas também a nova limitação quantitativa do mercado chinês. Desde janeiro de 2026, a China adota quota tarifária para as importações de carne bovina. Os volumes que excedem as alocações ficam sujeitos a uma tarifa adicional de 55%, além das tarifas aplicáveis. Para o Brasil, a medida introduz maior sazonalidade nos embarques e aumenta a necessidade de administrar o ritmo das vendas ao longo do ano. Os Estados Unidos consolidaram-se como segundo maior comprador. As vendas alcançaram 269,0 mil toneladas e US\$ 1,77 bilhão, crescimentos de 28,7% e 44,8%, respectivamente. A participação norte-americana na receita passou de 11,7% para 14,0%. A expansão é compatível com o déficit de carne magra naquele mercado e com a contração do rebanho norte-americano, que aumenta a procura por matéria-prima utilizada na composição de carne moída. China e Estados Unidos ainda concentraram aproximadamente 56,8% da receita exportadora brasileira.

Tabela 4 – Comércio exterior de carne bovina pelo Brasil por produto. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Fluxo / Produto	2025			2026			Variação (%)	
	KG	US\$	US\$/KG	KG	US\$	US\$/KG	KG	US\$
Exportação	2.062.567.386	10.458.500.100,0		2.155.694.291	12.683.058.771,0		4,52	21,27
Carne bovina in natura	1.831.820.131	9.602.313.827,0	5,24	1.918.358.455	11.740.220.909,0	6,12	4,72	22,26
Carne bovina industrializada	67.627.187	487.494.648,0	7,21	63.863.178	514.455.273,0	8,06	-5,57	5,53
Miudezas de carne bovina	163.120.068	368.691.625,0	2,26	173.472.658	428.382.589,0	2,47	6,35	16,19
Importação	25.841.339	189.248.154,0		19.581.891	159.232.110,0		-24,22	-15,86
Carne bovina in natura	22.559.869	182.220.273,0	8,08	15.460.891	151.412.596,0	9,79	-31,47	-16,91
Miudezas de carne bovina	3.259.090	7.009.977,0	2,15	3.769.058	7.536.752,0	2,00	15,65	7,51
Carne bovina industrializada	22.380	17.904,0	0,80	351.942	282.762,0	0,80	1.472,57	1.479,32
Saldo	2.036.726.047	10.269.251.946,0		2.136.112.400	12.523.826.661,0		4,88	21,95
Carne bovina in natura	1.809.260.262	9.420.093.554,0	-	1.902.897.564	11.588.808.313,0	-	5,18	23,02
Carne bovina industrializada	67.604.807	487.476.744,0	-	63.511.236	514.172.511,0	-	-6,06	5,48
Miudezas de carne bovina	159.860.978	361.681.648,0	-	169.703.600	420.845.837,0	-	6,16	16,36

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Nordeste exporta mais valor, mesmo com pouco avanço do volume. O Nordeste mostrou desempenho mais forte em receita que em quantidade. De janeiro a agosto de 2026, a região exportou 23,20 mil toneladas, no valor de US\$ 116,30 milhões. O volume cresceu apenas 1,9%, mas a receita avançou 18,5%. O valor médio implícito passou de US\$ 4,31 para US\$ 5,01/kg, alta de 16,3%. A balança regional foi amplamente superavitária. As importações totalizaram 2,10 mil toneladas e US\$ 15,51 milhões, recuando 2,7% em volume e 5,3% em valor. O saldo chegou a 21,09 mil toneladas e US\$ 100,79 milhões, 23,2% acima do registrado em igual período de 2025. Embora o Nordeste responda por pouco mais de 1% do valor exportado pelo Brasil, o crescimento da receita mostra que a inserção internacional da região avançou em qualidade e preço. A carne *in natura* representou 94,2% da receita regional, com 20,89 mil toneladas e US\$ 109,57 milhões. O volume aumentou 3,2%, e o faturamento cresceu 20,0%, enquanto o valor médio passou de US\$ 4,51 para US\$ 5,24/kg. As exportações de miudezas recuaram 8,8% em quantidade e 1,6% em valor. A carne industrializada permaneceu residual, com apenas 6,3 toneladas exportadas. O Uruguai permaneceu como principal comprador, mas reduziu as aquisições de 7,22 mil para 5,38 mil toneladas e a participação na receita de 33,5% para 24,0%. Hong Kong passou a ocupar posição mais relevante, com 3,86 mil toneladas e US\$ 20,0 milhões, altas de 45,3% no volume e 82,8% no valor.

O Norte da África também ganhou espaço. As vendas ao Egito saltaram de 559 toneladas para 2,54 mil toneladas, e a receita passou de US\$ 2,54 milhões para US\$ 12,38 milhões. A Líbia recebeu 1,99 mil toneladas, alta de 24,0%, enquanto a Argélia adquiriu 1,44 mil toneladas, aumento de 80,1%. Juntos, Egito, Líbia e Argélia responderam por 25,8% da receita nordestina. O avanço aproxima a pauta regional de mercados geograficamente acessíveis pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo.

Embora os destinos das exportações nordestinas sejam a 85 países, a renda comercial permanece concentrada em poucos mercados. A diversificação nominal é positiva, mas não elimina o risco provocado pela dependência econômica dos principais compradores. Soares (2026) também registra expansão das exportações regionais e associa o avanço de Maranhão, Pernambuco, Bahia e Ceará à habilitação de plantas frigoríficas, à melhoria das condições sanitárias e à ampliação do número

de destinos. Esse movimento precisa ser acompanhado pela elevação da oferta regular de animais terminados, da rastreabilidade e da capacidade de processamento habilitada para atender às especificações de cada mercado.

Tabela 5 – Comércio exterior de carne bovina pelo Nordeste. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Ano	Mês	Exportação		Importação		Saldo/déficit	
		KG	US\$	KG	US\$	KG	US\$
2025	Janeiro	1.595.523	6.386.786,0	279.322	2.153.528,0	1.316.201	4.233.258,0
	Fevereiro	2.639.744	10.894.056,0	412.429	2.766.040,0	2.227.315	8.128.016,0
	Março	2.135.157	8.983.049,0	260.259	2.406.213,0	1.874.898	6.576.836,0
	Abril	3.218.811	13.575.950,0	293.408	1.931.764,0	2.925.403	11.644.186,0
	Maiο	3.239.975	13.798.617,0	205.616	1.217.838,0	3.034.359	12.580.779,0
	Junho	3.353.484	14.953.098,0	183.756	1.620.737,0	3.169.728	13.332.361,0
	Julho	3.306.316	14.960.577,0	263.865	1.966.957,0	3.042.451	12.993.620,0
	Agosto	3.287.454	14.616.367,0	264.117	2.317.576,0	3.023.337	12.298.791,0
	Setembro	4.411.370	20.655.059,0	171.690	1.344.376,0	4.239.680	19.310.683,0
	Outubro	4.178.432	19.150.341,0	72.927	559.279,0	4.105.505	18.591.062,0
	Novembro	3.557.615	16.581.328,0	183.819	2.050.090,0	3.373.796	14.531.238,0
	Dezembro	4.422.670	20.535.305,0	118.991	1.336.971,0	4.303.679	19.198.334,0
2026	Janeiro	3.319.824	15.226.519,0	147.589	1.620.959,0	3.172.235	13.605.560,0
	Fevereiro	2.631.626	12.120.835,0	37.537	479.063,0	2.594.089	11.641.772,0
	Março	3.691.860	17.587.327,0	209.293	2.160.689,0	3.482.567	15.426.638,0
	Abril	2.648.864	13.675.716,0	206.321	1.499.620,0	2.442.543	12.176.096,0
	Maiο	2.094.273	11.071.815,0	303.741	1.761.536,0	1.790.532	9.310.279,0
	Junho	2.740.698	15.147.472,0	303.634	2.662.350,0	2.437.064	12.485.122,0
	Julho	2.982.189	15.793.088,0	334.273	2.480.541,0	2.647.916	13.312.547,0
	Agosto	3.087.486	15.674.836,0	562.289	2.847.243,0	2.525.197	12.827.593,0
2026 (Acumulado)		23.196.820	116.297.608,0	2.104.677	15.512.001,0	21.092.143	100.785.607,0
2025 (Acumulado)		22.776.464	98.168.500,0	2.162.772	16.380.653,0	20.613.692	81.787.847,0
Variação 2025-2026 (%)		1,85	18,47	-2,69	-5,30	2,32	23,23

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

No acumulado de janeiro a agosto de 2026, o Brasil exportou para 171 países e importou de apenas 9. No Nordeste o leque de clientes da região é amplo, com 85 países de destino, mas concentrado, com destaque para o aumento dos embarques para Hong Kong, Região Administrativa na China, altas de 45,30% em volume e de 82,78% em valor (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 – Comércio exterior de carne bovina do Nordeste por produto. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Fluxo / Produto	2025			2026			Variação (%)	
	KG	US\$	US\$/KG	KG	US\$	US\$/KG	KG	US\$
Exportação	22.776.464	98.168.500,0		23.196.820	116.297.608,0		1,85	18,47
Carne bovina in natura	20.249.564	91.328.719,0	4,51	20.893.168	109.566.068,0	5,24	3,18	19,97
Miudezas de carne bovina	2.520.251	6.802.833,0	2,70	2.297.376	6.694.903,0	2,91	-8,84	-1,59
Carne bovina industrializada	6.649	36.948,0	5,56	6.276	36.637,0	5,84	-5,61	-0,84
Importação	2.162.772	16.380.653,0		2.104.677	15.512.001,0		-2,69	-5,30
Carne bovina in natura	1.435.089	15.698.072,0	10,94	1.160.247	13.930.083,0	12,01	-19,15	-11,26
Miudezas de carne bovina	727.683	682.581,0	0,94	944.430	1.581.918,0	1,67	29,79	131,76
Saldo	20.613.692	81.787.847,0		21.092.143	100.785.607,0		2,32	23,23
Carne bovina in natura	18.814.475	75.630.647,0		19.732.921	95.635.985,0		4,88	26,45
Carne bovina industrializada	6.649	36.948,0		6.276	36.637,0		-5,61	-0,84
Miudezas de carne bovina	1.792.568	6.120.252,0		1.352.946	5.112.985,0		-24,52	-16,46

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Tabela 7 – Comércio exterior de carnes bovinas pelo Brasil por país. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Fluxo / País	2025			2026		
	KG	US\$	US\$ (%)	KG	US\$	US\$ (%)
Exportação	2.062.567.386	10.458.500.100,0		2.155.694.291	12.683.058.771,0	
China	948.071.638	4.969.010.444,0	47,51	872.947.832	5.436.834.111,0	42,87
Estados Unidos	208.994.353	1.222.549.982,0	11,69	269.047.166	1.770.170.279,0	13,96
Chile	80.632.986	440.255.718,0	4,21	106.787.973	650.026.605,0	5,13
Rússia	74.248.210	317.515.418,0	3,04	96.052.087	464.871.322,0	3,67
México	80.934.248	439.586.837,0	4,20	65.847.705	398.265.776,0	3,14
Países Baixos (Holanda)	16.792.958	165.099.059,0	1,58	30.678.084	314.620.455,0	2,48
Hong Kong	64.300.583	221.734.037,0	2,12	70.549.617	297.405.841,0	2,34
Arábia Saudita	39.498.084	189.445.672,0	1,81	49.154.665	296.793.445,0	2,34
Egito	57.539.314	200.189.984,0	1,91	58.450.003	256.742.535,0	2,02
Filipinas	55.761.299	241.407.981,0	2,31	50.407.102	236.920.566,0	1,87
Selecionados	1.626.773.673	8.406.795.132,0	80,38	1.669.922.234	10.122.650.935,0	79,81
Outros	435.793.713	2.051.704.968,0	19,62	485.772.057	2.560.407.836,0	20,19
Importação	25.841.339	189.248.154,0		19.581.891	159.232.110,0	
Paraguai	15.497.879	89.706.609,0	47,40	10.767.310	66.882.205,0	42,00
Argentina	4.689.655	41.886.695,0	22,13	4.594.612	48.164.883,0	30,25
Uruguai	4.157.858	40.003.498,0	21,14	3.333.421	33.294.632,0	20,91
Austrália	1.468.994	17.120.202,0	9,05	755.548	9.250.979,0	5,81
Canadá	-	-	-	112.196	1.312.983,0	0,82
Japão	4.871	290.213,0	0,15	2.415	151.783,0	0,10
Chile	21.140	220.038,0	0,12	14.161	116.309,0	0,07
Itália	942	20.899,0	0,01	2.226	58.226,0	0,04
Estados Unidos	-	-	-	2	110,0	0,00

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Tabela 8 – Comércio exterior de carnes bovinas pelo Nordeste por país. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Fluxo / País	2025			2026		
	KG	US\$	US\$ (%)	KG	US\$	US\$ (%)
Exportação	22.776.464	98.168.500,0		23.196.820	116.297.608,0	
Uruguai	7.217.933	32.904.758,0	33,52	5.381.473	27.920.610,0	24,01
Hong Kong	2.655.352	10.941.014,0	11,15	3.858.324	19.997.648,0	17,20
Egito	559.096	2.543.895,0	2,59	2.541.203	12.376.005,0	10,64
Líbia	1.601.881	6.551.286,0	6,67	1.985.714	9.594.287,0	8,25
Argélia	797.832	3.940.493,0	4,01	1.437.091	7.974.859,0	6,86
Argentina	1.494.938	5.449.236,0	5,55	1.678.804	6.984.735,0	6,01
Filipinas	1.167.113	4.668.796,0	4,76	904.724	3.966.866,0	3,41
Albânia	857.306	3.611.744,0	3,68	661.477	3.410.704,0	2,93
Singapura	1.589.642	6.821.790,0	6,95	559.479	3.092.661,0	2,66
Líbano	804.054	4.410.765,0	4,49	455.197	2.960.645,0	2,55
Selecionados	18.745.147	81.843.777,0	83,37	19.463.486	98.279.020,0	84,51
Outros	4.031.317	16.324.723,0	16,63	3.733.334	18.018.588,0	15,49
Importação	2.162.772	16.380.653,0		2.104.677	15.512.001,0	
Argentina	1.184.928	5.561.556,0	33,95	1.510.704	8.533.559,0	55,01
Austrália	767.906	8.837.712,0	53,95	340.735	4.340.717,0	27,98
Uruguai	209.938	1.981.385,0	12,10	253.238	2.637.725,0	17,00

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Logística portuária: proximidade geográfica é vantagem, mas rota efetiva depende da cadeia refrigerada. A inserção exportadora nordestina depende da conexão entre frigoríficos, armazéns refrigerados, terminais de contêineres e serviços marítimos regulares. O transporte doméstico continua fortemente apoiado nas rodovias. A Infra S.A. identifica as BR-101, BR-116, BR-316 e BR-230 como corredores relevantes para integrar áreas produtoras, centros urbanos e portos do Nordeste. No panorama logístico do Nordeste (Brasil, 2026a), 70% da malha rodoviária regional avaliada apresentava condição regular ou deficiente, fator que pode elevar tempo de viagem, custo de combustível, desgaste dos veículos e risco de interrupção logística. Pela posição das áreas produtoras e da infraestrutura regional, os complexos portuários de Itaqui, Salvador, Suape e Pecém, além de terminais como Natal, compõem o sistema logístico potencial do Nordeste.

Oportunidades e riscos para a região. Os riscos continuam relevantes. A pauta é fortemente concentrada em carne *in natura*, os dez principais destinos respondem por 84,5% da receita e a escala nordestina ainda é pequena diante da nacional. Barreiras sanitárias, suspensão de habilitações, oscilações cambiais e redução das compras de poucos clientes podem produzir efeitos expressivos sobre os frigoríficos regionais. A exportação também depende de inspeção federal, certificação sanitária e atendimento aos requisitos específicos de cada país. A logística representa, conforme precitado, outro ponto de atenção. O cenário mais consistente é de expansão gradual da presença nordestina, sustentada mais pela valorização, diversificação de mercados e habilitação de plantas do que por crescimento acelerado de volume. **Bahia** e **Maranhão** dispõem das maiores bases produtivas regionais; Pernambuco e Ceará ganharam relevância com investimentos industriais e acesso a complexos portuários; e os demais estados podem avançar em nichos, desde que consolidem escala, regularidade de oferta e conformidade sanitária. A documentação analisada, contudo, não traz a distribuição das exportações por estado e porto, o que impede quantificar a participação de cada corredor logístico.

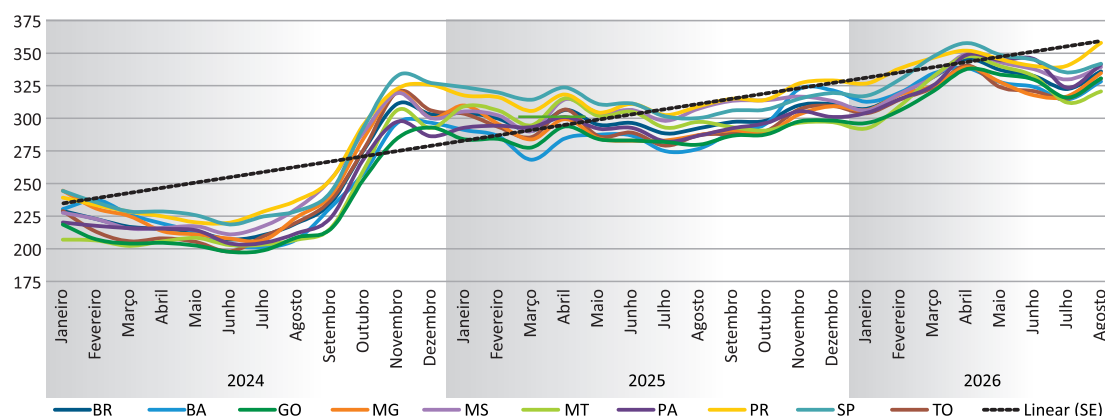
3 Preços

3.1 Boi

Sinais de redução futura da oferta devolve força à arroba, mas custos e consumo limitam a alta. Os preços voltaram a subir em 2026, pela baixa oferta de animais para abate, abates e retenção de fêmeas com consequente valorização dos animais para reposição (Figuras 1 e 2). Descarte prolongado de matrizes reduziu a produção de bezerras, enquanto a reversão do ciclo elevou a procura por animais para recria, engorda e recomposição dos plantéis. A aproximação da estação de monta reforçou a disputa pelas fêmeas, valorizando das cria às demais categorias. A reposição cara melhora a receita. Para recriadores, invernistas e confinadores, eleva a necessidade de capital e aumenta o risco de margem. Quanto maior o ágio, maior a exigência de ganho de peso, eficiência alimentar, controle sanitário e gestão financeira. A alta não será necessariamente contínua. O avanço dos confinamentos pode elevar a oferta no 4T2026; a limitação chinesa pode reduzir embarques; a valorização dos cortes pode estimular substituição no mercado interno; e milho, farelo, reposição e juros podem comprimir as margens. O cenário mais provável é de preços firmes, intercalados por ajustes provocados pelas escalas industriais, pelo ritmo das exportações, câmbio e condições das pastagens. Para os frigoríficos, o desafio é comprar animais mais caros sem perder margem. Para o consumidor, o resultado tende a aparecer de maneira seletiva, com maior pressão nos cortes valorizados e migração para produtos de menor desembolso.

Chuvas dão ao produtor poder para dosar as vendas. De acordo com analistas da Datagro (2026), o retorno das chuvas reforçou a sustentação das cotações. Até 23 de setembro, as áreas de pastagem acumulavam 90,3 milímetros, volume 33,6% superior à média histórica de setembro. Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo registravam precipitações próximas do dobro da normal climatológica, enquanto Norte, **Bahia** e Mato Grosso permaneciam abaixo da média. O cenário, contudo, varia entre as regiões. As previsões reproduzidas pela Datagro indicavam possibilidade de chuvas abaixo da climatologia no Norte e extensão desse padrão para Mato Grosso, Goiás e **Matopiba** nos meses seguintes. Em áreas mais secas, a perda de pastagem pode provocar aumento temporário da oferta, caso produtores sejam obrigados a vender animais, seguido por restrição posterior decorrente da redução dos estoques e do menor ganho de peso.

Figura 2 – Preços médios (R\$/@) por estado e Brasil. Valores corrigidos pelo IPA-DI para agosto de 2026



Fonte: dados adaptados pelo autor a partir de dados da Pesquisa Trimestral do Abate - PTA (IBGE, 2026c). Dados atualizados pela metodologia da FGV - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Índice de Preços ao Produtor Amplo: IPA. Rio de Janeiro: FGV IBRE, [2026]. Disponível em: consultar a metodologia do IPA. Acesso em: 24 set. 2026.

Os dados da Figura 2 revelam uma recuperação predominantemente conjuntural entre janeiro e agosto de 2026. Entre agosto de 2025 e agosto de 2026, a média simples das praças pesquisadas indica melhora do poder de compra do boi frente ao milho, à soja e ao sorgo. O comportamento, contudo, não foi uniforme entre os estados e deve ser analisado por praça. Destaca-se que os efeitos adversos do El Niño podem prejudicar a relação de troca, seja porque podem comprometer a oferta desses insumos, seja pela maior demanda pelos animais para manutenção dos requerimentos nutricionais frente às temperaturas extremas, seja pela redução da quantidade e da qualidade dos pastos. Não obstante, o crescimento da demanda por milho para produção de etanol pode também reduzir a oferta do cereal. A melhora entre janeiro e agosto de 2026 decorreu da combinação da baixa oferta de boi, avanço das colheitas e aumento da disponibilidade nacional de grãos. O milho alcançou produção total elevada; a soja atingiu recorde; e o sorgo apresentou forte expansão de área e produção.

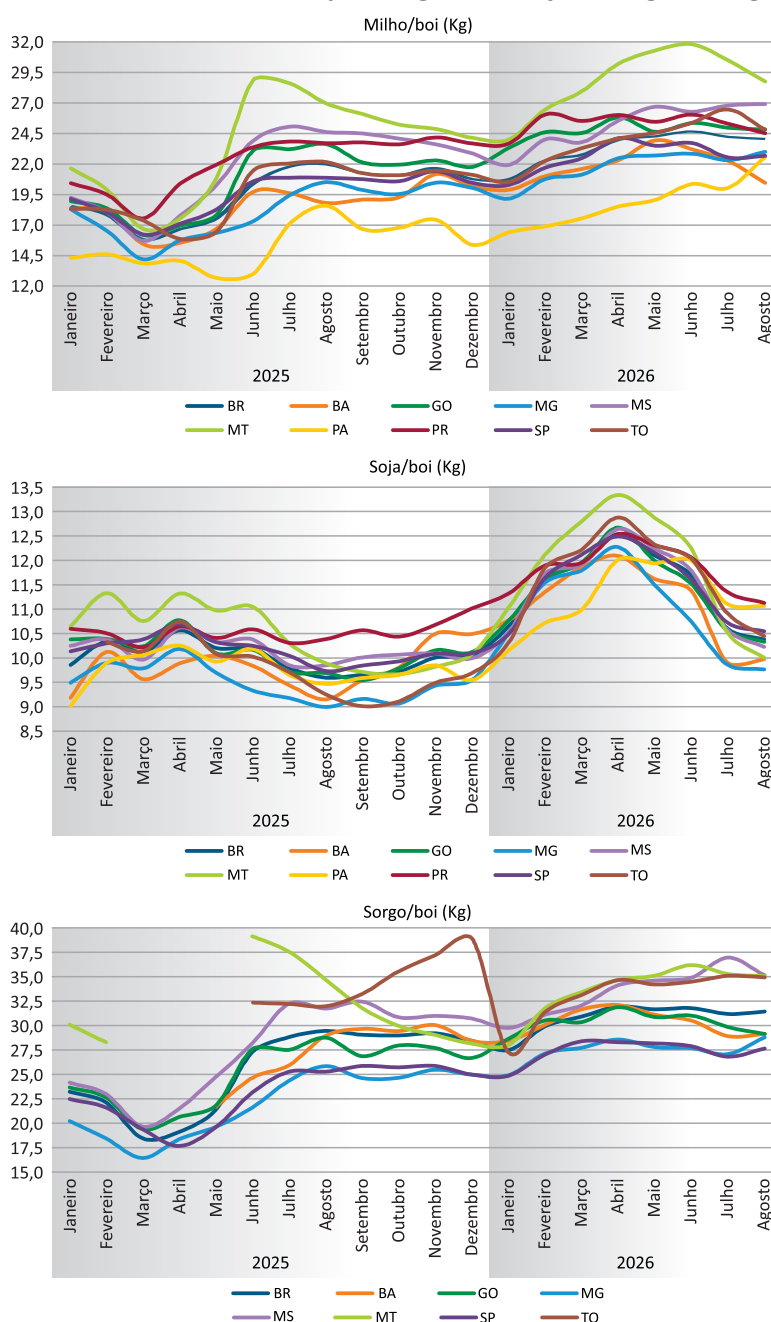
3.2 Poder de compra de 1 kg de boi gordo em relação ao milho, à soja e ao sorgo, em kg de grão

Safra cheia contém custos, mas milho e soja voltam a subir. A produção brasileira de grãos oferece proteção parcial contra uma alta mais intensa dos custos. A safra brasileira reduz o risco de escassez física, mas não isola o produtor das cotações internacionais, do câmbio, dos custos logísticos e da demanda industrial. Sistemas intensivos, confinamentos e propriedades com pouca oferta de forragem permanecem especialmente expostos ao milho, ao farelo de soja e ao custo da reposição.

- **Milho.** A safra 2025/26 de milho foi estimada em 144,0 milhões de toneladas, 2% acima da anterior. A oferta nacional elevada contribuiu para manter disponibilidade expressiva do cereal. Entretanto, o comportamento observado no Nordeste não foi uniforme. No **Maranhão** e no **Piauí**, parte do milho de segunda safra foi semeada fora da janela ideal, após atrasos na soja. A redução das chuvas entre abril e maio prejudicou as lavouras tardias. A produtividade do milho de segunda safra caiu 19,3% no **Maranhão** e 19,7% no **Piauí** em relação à temporada anterior. A oferta e a demanda também merecem atenção. O consumo doméstico de milho na safra 2025/26 foi projetado com crescimento de 7,8%, impulsionado pela indústria de etanol. As exportações permaneceriam elevadas, e os estoques finais foram estimados em 15,7 milhões de toneladas. A maior demanda industrial pode atenuar o efeito baixista de uma safra volumosa sobre os preços (Conab, 2026).
- **Soja.** a safra 2025/26 foi projetada em 180,4 milhões de toneladas, alta de 5,2% e maior produção da série histórica da Conab. A oferta elevada, entretanto, foi acompanhada por demanda igualmente forte. As exportações de soja em grãos foram projetadas em 116,2 milhões de toneladas, enquanto o processamento alcançaria 62,13 milhões. O estoque final foi estimado em 9,17 milhões de toneladas, com relação estoque/uso de 5,14%, inferior à da temporada anterior. No farelo de soja, a produção foi projetada em 47,81 milhões de toneladas, as exportações em 26,13 milhões e o consumo doméstico em 21,4 milhões, todos em patamares elevados. A forte demanda interna e externa explica por que a safra recorde da oleaginosa não produz necessariamente queda proporcional no preço do grão ou do farelo pago pelo pecuarista.

- **Sorgo.** A produção foi avaliada em 7,35 milhões de toneladas, alta de 20,4% sobre a anterior. O sorgo ganhou espaço como alternativa ao milho em áreas nas quais houve encurtamento da janela de plantio ou maior risco hídrico. No **Piauí**, a área de sorgo superou em 41,5% a da safra anterior por este motivo. Entretanto, a maioria das lavouras sofreu déficit hídrico e a produtividade estadual caiu 27%. No **Maranhão**, as produtividades refletiram condições desfavoráveis a partir da segunda quinzena de abril. Na **Bahia**, as lavouras irrigadas e as áreas de sequeiro plantadas na janela adequada apresentaram bons resultados. Já os cultivos tardios foram afetados pela falta de umidade durante a formação dos grãos. Na comparação com agosto de 2025, a relação caiu 28,95 para 29,11 kg na **Bahia** e de 3,19 para 2,88 kg no **Piauí**. Assim, embora o sorgo tenha apresentado a maior quantidade física de grão adquirida por kg de boi gordo entre os grãos analisados e tenha melhorado durante 2026, o poder de compra ainda permaneceu inferior a um ano antes (Conab, 2026).

Figura 3 – Relação de troca entre o milho, soja e sorgo em relação ao kg de boi gordo (kg)

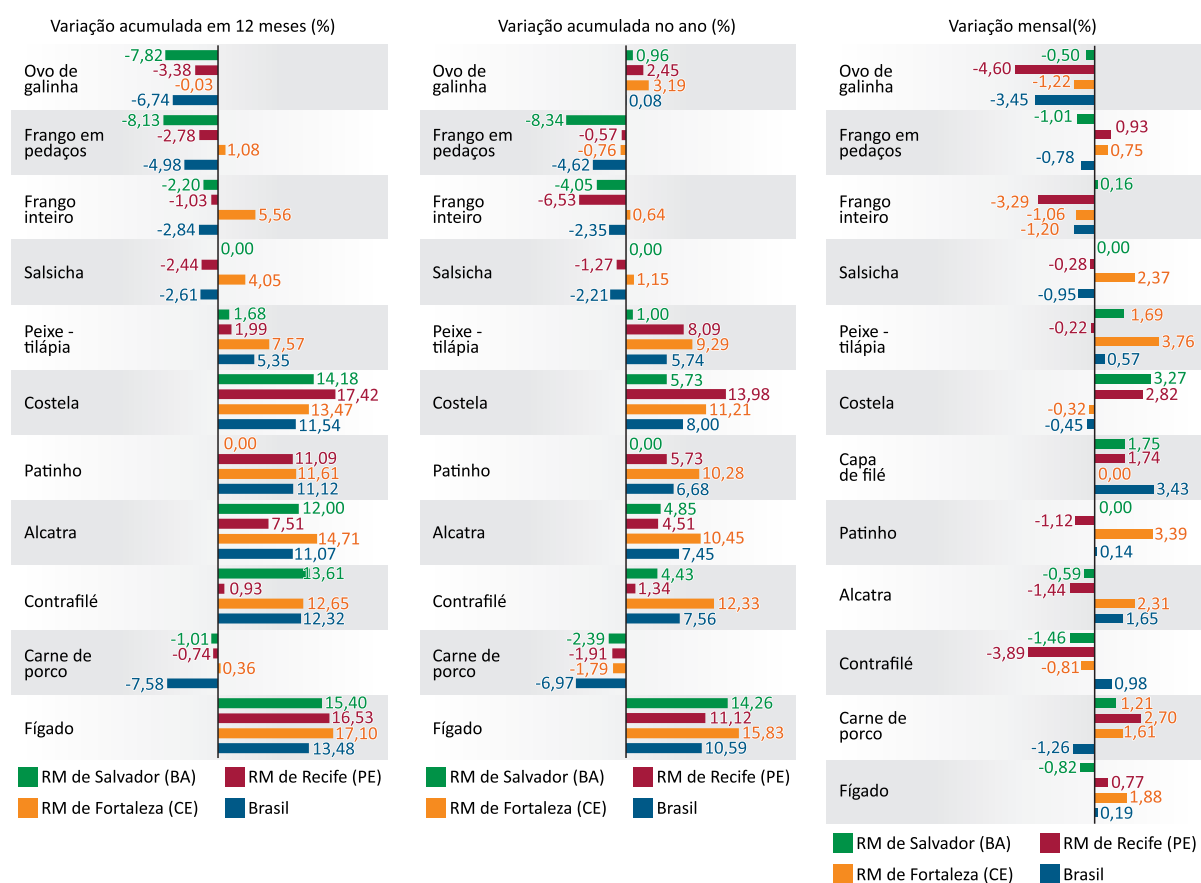


Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados disponíveis da Conab (2026).

3.3 Inflação de preços de proteínas (cárneos, ovos e processados) ao consumidor

Consumo interno sustenta o mercado, mas limita o repasse. Independentemente da variável, a pressão sobre a carne bovina está aquecida, tanto de primeira como de segunda, por outro lado, recuo nas carnes suína e de frango. A melhora agregada do emprego e da renda oferece suporte à demanda, mas o aumento dos preços dos cortes bovinos, superior ao de várias proteínas concorrentes, mantém o consumo sensível à substituição, especialmente entre famílias com menor renda disponível. Entenda-se que no 2T2026, a taxa de desocupação caiu para 5,4%, ante 6,1% no 1T2026 e 5,8% no 2T 2025. A população ocupada alcançou 103,1 milhões de pessoas, e o rendimento médio real habitual chegou a R\$ 3.738, alta anual de 2,8% (IBGE, 2026b). A melhora do emprego e da renda sustenta a demanda por alimentos, mas não significa consumo ilimitado de carne bovina. A atividade concorre com frango, suíno, ovos e produtos processados, especialmente entre famílias de menor renda.

Figura 4 – INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Variações (%) acumuladas em 12 meses, acumulada no ano e mensal para produtos cárneos, ovos, pescados e processados, para o Brasil e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Recife (RMR) e Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE, 2026).

Nota: O INPC tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Famílias cuja pessoa de referência é assalariada e residentes em áreas urbanas com rendimento familiar monetário compreendido entre 1 e 5 salários-mínimos mensais.

4 Mudanças Climáticas e El Niño

O diagnóstico climático foi atualizado com as informações oficiais disponíveis em 10 de setembro de 2026. A NOAA/CPC informou em 10 de setembro de 2026, que o El Niño continuava em fortalecimento, com probabilidade superior a 90% de alcançar intensidade muito forte durante o outono e o inverno de 2026/2027 no Hemisfério Norte (NOAA, 2026a). Para outubro-dezembro de 2026, a NOAA/CPC estimou em 75% a probabilidade de o RONI atingir pelo menos +2,5 °C, patamar que superaria os eventos

anteriores da série iniciada em 1950. A própria instituição ressalta, entretanto, que a intensidade do índice não determina nem garante impactos regionais específicos (NOAA, 2026b).

Estima-se maior probabilidade de precipitação abaixo da média em boa parte do centro-norte do Brasil, especialmente no Nordeste, acompanhada de temperaturas acima da normal climatológica. Em maio, 38% do Nordeste estava livre de seca, melhor condição desde julho de 2024, mas mais de um terço da região ainda apresentava seca moderada, associada à diminuição das pastagens, ao menor desempenho do gado e à redução da disponibilidade hídrica nas comunidades rurais (Brasil, 2026b).

Para a pecuária nordestina, os principais riscos são o atraso ou a irregularidade das chuvas, o déficit hídrico prolongado e as temperaturas elevadas. A magnitude dos impactos dependerá da distribuição das chuvas, da duração do calor, das condições do solo, da disponibilidade de água e alimentos e da capacidade de adaptação de cada sistema produtivo. O ENOS deve, portanto, ser interpretado como condicionante do risco, e não como previsão direta de perdas. Nas pastagens, a deficiência hídrica pode reduzir o crescimento, a produção de biomassa, a capacidade de suporte e o valor nutritivo da forragem. A menor disponibilidade de água também pode comprometer a dessedentação, a higiene, o resfriamento dos animais e a produção de alimentos conservados.

A redução da vulnerabilidade exige medidas combinadas. As prioridades incluem monitoramento climático e hídrico, planejamento alimentar, ajuste antecipado da lotação, diversificação da base forrageira, manejo sustentável da Caatinga, produção de silagem e feno, implantação de bancos de forragem, suplementação estratégica e garantia do abastecimento de água. Também são recomendados sombreamento, sistemas silvipastoris, genética animal adaptada, realização do manejo nos horários mais amenos, prevenção de incêndios e acompanhamento da condição corporal e sanitária do rebanho. A seleção das medidas deve considerar as condições técnicas, econômicas e ambientais de cada propriedade.

Em síntese, o NOAA/CPC projeta um El Niño de intensidade muito forte e para maior risco de condições secas e quentes no centro-norte do Brasil. Assim, se confirmando a projeção, os principais canais de impacto são a redução da disponibilidade e da qualidade da forragem, a restrição hídrica e o estresse térmico. Os resultados efetivos dependerão da evolução regional do clima e da capacidade dos produtores de antecipar e administrar esses riscos.

5 Perspectivas

- A perspectiva para a carne bovina brasileira é de preços firmes, menor expansão da oferta e aumento da volatilidade. Embora o abate tenha alcançado 21,03 milhões de cabeças no primeiro semestre de 2026, alta de 2,3%, a redução do abate de vacas indica retenção gradual de matrizes e início da reversão do ciclo pecuário. O USDA projeta diminuição do abate em 2027, valorização dos bezerros e queda de 1% nas exportações, em razão da menor disponibilidade de animais e das restrições comerciais impostas por mercados relevantes;
- A demanda externa continuará sustentando o setor, mas com maior risco de concentração e redirecionamento dos fluxos. Entre janeiro e agosto de 2026, as exportações brasileiras cresceram 4,5% em volume e 21,3% em receita, alcançando 2,16 milhões de toneladas e US\$ 12,68 bilhões. A quota tarifária chinesa, entretanto, limita o crescimento naquele mercado, enquanto os Estados Unidos ganham importância como compradores de carne magra. Essa mudança favorece a valorização do produto, mas amplia a exposição dos frigoríficos a tarifas, quotas, câmbio, exigências sanitárias e oscilações dos principais destinos;
- No mercado interno, emprego e renda oferecem suporte ao consumo, com pressão sobre os cortes de carne bovina, e recuo nas carnes de frango e suína;
- O risco de crédito tende a permanecer elevado e heterogêneo, especialmente entre produtores dependentes de recursos livres, compra frequente de reposição e suplementação intensiva. A valorização dos bezerros aumenta o capital necessário para recria e engorda, enquanto milho, soja, medicamentos, energia e logística podem comprimir margens. Como o ciclo pecuário é longo, o produtor contrata custos no início da operação sem conhecer o preço efetivo da arroba na venda.

A elevação simultânea da reposição, da alimentação e dos encargos financeiros pode provocar des-casamento entre receitas e serviço da dívida;

- O El Niño amplia esse risco, sobretudo no Nordeste. Chuvas irregulares e temperaturas elevadas podem reduzir a capacidade de suporte das pastagens, atrasar o ganho de peso, antecipar vendas e elevar despesas com ração, silagem, feno e transporte de água. O efeito financeiro pode ocorrer antes de uma perda física definitiva, porque o alongamento do ciclo adia receitas e aumenta a necessidade de capital de giro;
- A análise das operações deve considerar fluxo de caixa sob cenários adversos, duração do ciclo produtivo, participação da reposição no custo, disponibilidade hídrica, reservas alimentares, lotação das pastagens, dependência de ração comprada, concentração de compradores e capacidade de ajustar o rebanho. Para formação e recuperação de pastagens, recomenda-se utilizar o ZARC Pecuária quando aplicável. A Portaria SPA/MAPA nº 8/2024 contempla Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mas não inclui o Ceará; além disso, seu estudo se refere às condições produtivas especificadas no próprio zoneamento e não substitui avaliação técnica local;
- No Nordeste, a perspectiva é de expansão gradual da produção e das exportações, com diferença entre estados. No primeiro semestre de 2026, a região abateu 1,89 milhão de bovinos, alta de 3,7%, e respondeu por 9% do abate nacional. Até agosto, as exportações atingiram US\$ 116,3 milhões, crescimento de 18,5%, favorecidas pela valorização do produto e pelo avanço de mercados como Hong Kong, Egito, Líbia e Argélia. A expansão regional, porém, dependerá de oferta regular de animais terminados, segurança hídrica, adaptação ao Semiárido, plantas habilitadas, cadeia refrigerada e melhoria da logística terrestre e portuária;
- No curto prazo, o setor deve permanecer estável, com viés altista para a arroba e maior volatilidade das margens. No médio prazo, a retenção de matrizes pode reduzir moderadamente o abate, sem representar declínio estrutural da atividade. No longo prazo, a expansão deverá ocorrer sobretudo por produtividade, maior peso das carcaças, recuperação de pastagens, intensificação eficiente, sanidade, rastreabilidade e acesso a mercados de maior valor. Para o crédito, a orientação é seletiva: priorizar empreendimentos com menor alavancagem, reservas alimentares e hídricas, planejamento de lotação, seguro ou instrumentos de mitigação, controle de custos e compradores diversificados;
- Não obstante, para a indústria de transformação, sugere-se ser mais interessante priorizar melhorias na eficiência operacional com economia circular, do que na ampliação da capacidade industrial.

6 Overview em Relação ao Relatório Anterior

Destaques: a) em relação ao relatório de março (Soares, 2026), a conjuntura confirma a reversão do ciclo pecuário, mas revela uma transição mais gradual. A edição anterior projetava menor oferta em 2026, após o elevado descarte de fêmeas; no relatório atual, o abate ainda cresceu 2,3% no primeiro semestre, para 21,03 milhões de cabeças, enquanto o peso das carcaças avançou 4,0%. A queda de 5,0% no abate de vacas, porém, confirma o início da retenção de matrizes e sinaliza menor disponibilidade futura de animais; b) a principal mudança de risco ocorreu no clima. O relatório anterior registrava condições favoráveis em parte do Nordeste e apenas irregularidade prevista para o Matopiba; a edição atual aponta El Niño em fortalecimento, com probabilidade superior a 90% de alcançar intensidade muito forte. A maior possibilidade de chuvas abaixo da média, calor e restrição hídrica no centro-norte eleva o risco sobre pastagens, grãos, ganho de peso e custos de suplementação, sobretudo no Semiárido. Os juros permanecem restritivos e a reposição valorizada aumenta a necessidade de capital, ampliando o risco de crédito. Assim, o cenário evoluiu de expectativa de redução da oferta para a confirmação de uma transição cíclica, com preços firmes, exportações mais valorizadas e maior exposição climática, financeira e comercial.

7 Sumário Executivo

Ambiente político-regulatório	• Ambiente desafiador, com crescente exigência sanitária, ambiental e de rastreabilidade. A cadeia brasileira permanece competitiva, mas enfrenta maior intervenção comercial e requisitos mais rigorosos de acesso aos mercados. A quota tarifária chinesa limita as importações de carne bovina e impõe tarifa adicional de 55% aos volumes excedentes, aumentando a sazonalidade dos embarques e a necessidade de diversificar destinos. Paralelamente, certificação sanitária, habilitação de frigoríficos, controle de resíduos, rastreabilidade e comprovação da origem dos animais ganham peso nas negociações internacionais. No mercado interno, juros elevados encarecem capital de giro, aquisição de animais, recuperação de pastagens e intensificação produtiva, embora o crédito rural direcionado funcione como amortecedor. O Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos, com horizonte de 2025 a 2032, prevê a transição do acompanhamento por lotes para a identificação individual, com integração de bases estaduais e registro mais detalhado do histórico sanitário e das movimentações. A medida tende a fortalecer a resposta a emergências sanitárias e o acesso a mercados exigentes, mas demandará adaptação operacional e tecnológica de produtores, transportadores e frigoríficos.
Meio ambiente - O efeito das mudanças climáticas	• Risco climático elevado, sobretudo para o Nordeste e os sistemas dependentes de pastagens. O fortalecimento do El Niño aumenta a probabilidade de chuvas irregulares, temperaturas elevadas e restrição hídrica no Centro-Norte brasileiro, embora a intensidade do fenômeno oceânico não determine automaticamente os impactos em cada região. No Nordeste, mais de um terço do território ainda apresentava seca moderada no período analisado, associada à redução das pastagens e da disponibilidade de água. A deficiência hídrica pode diminuir a produção e o valor nutritivo da forragem, reduzir o ganho de peso, prolongar o ciclo de engorda e aumentar gastos com suplementação e transporte de água. Também pode comprometer milho, soja e sorgo, pressionando confinamentos e sistemas intensivos. O efeito sobre a oferta pode ocorrer em duas etapas: aumento temporário do abate, caso produtores antecipem vendas, seguido de menor disponibilidade de animais. A mitigação exige ajuste preventivo da lotação, reservas de silagem e feno, diversificação forrageira, conservação do solo, segurança hídrica, sombreamento e suplementação estratégica. O ZARC Pecuaría, aprovado pela Portaria SPA/MAPA nº 8/2024, abrange Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mas não inclui o Ceará e deve ser aplicado apenas nas condições produtivas descritas em sua metodologia.
Nível de organização do setor (existência de instituições de pesquisas específicas para setor, existência de associações etc.)	• Setor altamente organizado em nível nacional, mas com assimetrias regionais. A cadeia conta com uma ampla rede pública e privada de produção de informações, defesa sanitária, pesquisa, representação empresarial e promoção comercial. Entre os principais agentes estão o Ministério da Agricultura e Pecuária, o IBGE, a Conab, a Embrapa, os serviços estaduais de defesa agropecuária, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e associações ligadas à indústria, aos produtores, à nutrição animal e às exportações. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, criada em 1979, reúne 46 empresas e 163 plantas frigoríficas, responsáveis por 98% da carne negociada pelo Brasil nos mercados internacionais; • A organização institucional favorece a geração de estatísticas, a interlocução regulatória, a abertura de mercados, a promoção da carne brasileira e a coordenação de respostas sanitárias. O PNIB - Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos, amplia essa articulação ao prever sistema informatizado integrado às bases estaduais. No Nordeste, a estrutura é mais heterogênea: Bahia e Maranhão dispõem das maiores bases produtivas; Pernambuco e Ceará ganharam relevância industrial e logística; e os demais estados avançam em escalas distintas. O aprofundamento da organização regional depende de maior integração entre produtores, frigoríficos, defesa sanitária, assistência técnica, pesquisa, crédito, armazenagem refrigerada e portos.
Resultados das empresas que atuam no setor	• O mercado brasileiro de carne bovina é dominado por grandes processadores que operam em escala global. O grau de rivalidade no mercado brasileiro de carnes é forte, com competição intensificada por uma estrutura concentrada. Os quatro principais competidores — BRF, Minerva, JBS e Aurora — responderam por 16,5% do valor de mercado em 2025. • Principais players e resultados financeiros: JBS/Friboi: Reportou receita líquida de US\$ 86,1 bilhões em 2025, crescimento de 12%, e lucro líquido de US\$ 2,024 bilhões, alta de 15%; Minerva: Registrou receitas de BRL 54.830,1 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2025, aumento de 60,9% sobre 2024, com margem operacional de 7% e lucro líquido de BRL 810,5 milhões; BRF: Em 2024, a receita líquida atingiu recorde de BRL 61,4 bilhões, com EBITDA de BRL 10,5 bilhões e lucro líquido histórico de BRL 3,7 bilhões; • Nordeste: A indústria de abate de bovinos no Nordeste é composta predominantemente por frigoríficos de porte regional, com atuação voltada ao mercado doméstico e, mais recentemente, com sinais de inserção no mercado exportador. A seguir, os principais estabelecimentos identificados: 1. Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.: a empresa é sediada em Teixeira de Freitas (BA) e atua em vários estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. É controlada pela Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., que explora a atividade de engorda de gado bovino para corte. O grupo Frisa, portanto, opera uma cadeia integrada que inclui engorda (via Frisa Agropecuária), abate e industrialização (Frisa e Nordeste Alimentos) e varejo — a companhia possui atualmente 11 lojas em operação, sendo 8 no Espírito Santo, 2 em Minas Gerais e 1 na Bahia; 2. Nutrial Agroindústrias Reunidas S/A: com sede e unidade industrial na cidade de Propriá (SE). A empresa atua nos estados do Nordeste. • 3. Frigorífico Azevedo: atua como fornecedor para o mercado institucional no Rio Grande do Norte, com portfólio diversificado de cortes bovinos in natura e processados; 4. Masterboi (Alagoas / Nordeste): áreas antes ocupadas pela cana-de-açúcar estão sendo utilizadas para a pecuária, atraindo investimentos em genética, confinamento, nutrição e estrutura industrial. Em Alagoas, onde novos projetos e frigoríficos estão surgindo, fortalecendo a cadeia produtiva e reduzindo a dependência de gado de outras regiões. 5. Plantas Habilitadas para Exportação em Pernambuco: as novas habilitações para exportação à Indonésia contemplam unidades da Frigomarca, Frigorífico Silva, Frigosul, Golden Imex, JBS, Masterboi, Naturafrig e Plena, distribuídas por Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins. As novas unidades habilitadas estão localizadas nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins. A inclusão de Pernambuco entre os estados com frigoríficos recém-habilitados para exportação à Indonésia é um marco relevante: sinaliza que a infraestrutura de processamento no Nordeste começa a conquistar credencial exportadora, o que pode atrair investimentos adicionais na cadeia produtiva regional. • A indústria de abate bovino no Nordeste ainda opera em escala significativamente menor que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Contudo, três vetores de mudança são visíveis: a) Integração vertical — o modelo Frisa/Nordeste Alimentos demonstra que a combinação de engorda própria e abate pode viabilizar operações competitivas na região; b) Conversão de terras — a substituição de áreas de cana-de-açúcar por pecuária em Alagoas e outros estados nordestinos amplia a base de oferta de animais para abate local; c) acesso ao mercado externo — a habilitação de frigoríficos em Pernambuco para exportação à Indonésia abre uma nova fronteira de receita para a indústria regional.
Perspectivas para o setor (expansão, estável ou declínio e perspectiva de se manter assim no curto, médio ou longo prazo)	• Curto prazo: estabilidade com viés de alta nos preços e menor expansão da oferta. A retenção gradual de matrizes, a valorização dos bezerros, as escalas curtas e a demanda externa sustentam a arroba. Em sentido contrário, os confinamentos podem ampliar a oferta no último trimestre, enquanto a quota chinesa, a concorrência das outras proteínas e o menor dinamismo do consumo doméstico limitam altas contínuas. O cenário mais provável é de preços firmes e voláteis, com margens determinadas pela gestão da reposição, da alimentação, do crédito e do câmbio. • Médio prazo: estabilidade ou retração moderada do volume, com valorização e recomposição do rebanho. A produção brasileira deverá perder impulso à medida que o ciclo pecuário avance para menor abate de fêmeas. Essa redução não representa declínio estrutural da cadeia, mas transição entre fases do ciclo. Exportações e produtividade devem limitar a queda, enquanto a rastreabilidade individual, a regularidade sanitária e a diversificação de compradores se tornam condições mais importantes de competitividade. • Longo prazo: expansão qualitativa, condicionada à sustentabilidade e à produtividade. O setor tende a crescer menos pela ampliação do rebanho e mais por maior peso de carcaça, intensificação, recuperação de pastagens, genética, nutrição, sanidade, rastreabilidade e acesso a mercados de maior valor. No Nordeste, a expansão deverá ser gradual e desigual, com melhores oportunidades para polos que combinem oferta regular de animais terminados, segurança hídrica, adaptação ao Semiárido, plantas habilitadas e conexão com corredores logísticos e portos. Os principais riscos são El Niño, alta do custo alimentar, juros elevados, barreiras sanitárias e ambientais, concentração dos destinos e limitações da infraestrutura regional.

Nota: 1) Fontes (EMIS NEXT, acesso restrito): MARKETLINE. Meat in Brazil: Industry Profiles. August 2026.; MARKETLINE. Brazil – Meat – Five Forces Analysis. August 2026.; MARKETLINE. Brazil – Meat – Company Profiles. August 2026.; TARDÁGUILA. World Beef Report 1679. 1 April 2026.; FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A. Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2025.; NUTRIAL AGROINDÚSTRIAS REUNIDAS S/A. Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2025.; ISI MARKETS. EMIS Insights – Brazil Food and Beverage Sector Report 2026-2027: Competitive Landscape. 28 January 2026.; RIO GRANDE DO NORTE. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Publicado em: 15 set. 2026.; NOVACANA. Áreas antes ocupadas pela cana ganham espaço para a pecuária no Nordeste. Publicado em: 15 set. 2026.; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Brasil habilita 21 novos estabelecimentos para exportar carne e miúdos bovinos à Indonésia. Publicado em: 10 set. 2026.; MONEY TIMES. Brasil habilita 21 frigoríficos para exportar carne bovina à Indonésia. Publicado em: 11 set. 2026.; SAFRAS & MERCADO. Carne bovina: Indonésia habilita mais 21 plantas brasileiras para exportação – ABIEC. Publicado em: 4 set. 2026.

REFERÊNCIAS

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus: relatório de mercado**, de 18 de setembro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026. 2 p. 2026a.

_____. **Ata da 281ª reunião do Comitê de Política Monetária**, Copom: 15 e 16 de setembro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026. 6 p. 2026b.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Potencialidades, Competitividade e Perspectivas do Transporte**. Outubro de 2025. 31p.

_____. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Painel El Niño 2026-2027**: boletim mensal n. 1, junho de 2026. Brasília, DF: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2026. 20 p. Documento elaborado conjuntamente por INPE, INMET, ANA, Cemaden, Serviço Geológico do Brasil e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Brasília, DF: Conab, v. 13, safra 2025/26, n. 12, décimo segundo levantamento, set. 2026. 124 p. ISSN 2318-6852.

DATAGRO. **Brazil Beef Report**: setembro de 2026. São Paulo: Datagro Publicações, 2026. Acesso restrito.

EMIS INSIGHTS. **Brazil agribusiness sector report 2026/2027**. London: ISI Markets, 2026. ISI Markets: EMIS NEXT. Acesso restrito.

_____. **Brazil beef industry shifts from quantity to quality**. London: ISI Markets, 2026. Acesso restrito.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Informativo semanal de economia bancária**: 14 a 18 de setembro de 2026. São Paulo: Febraban, 2026. 9 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: segundo trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Publicado em 14 ago. 2026. 2026b.

NOAA - NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. Climate Prediction Center. **ENSO diagnostic discussion**. College Park, MD: NOAA, 10 Sept. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso_advisory/ensodisc.shtml. Acesso em: 18 set. 2026.

_____. Climate Prediction Center. **Official NOAA Relative Oceanic Niño Index (RONI) outlook**. College Park, MD: NOAA, Sept. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso/roni/outlook/. Acesso em: 18 set. 2026.

_____. Climate Prediction Center. **ENSO diagnostic discussion**. College Park, MD: NOAA, 10 Sept. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso_advisory/ensodisc.shtml. Acesso em: 18 set. 2026.

SAFRAS & MERCADO. **Brasil deve confinar quase 10 milhões de bovinos em 2026 e sanidade ganha peso no pico de ocupação**. Porto Alegre: Agência Safras, 10 set. 2026. Documento eletrônico.

SINDIRAÇÕES - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL. **Boletim informativo do setor**: agosto de 2026. São Paulo: Sindirações, ago. 2026. 5 p.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Foreign Agricultural Service. **Livestock and poultry**: world markets and trade. Washington, DC: USDA/FAS, 9 abr. 2026. 22 p. 2026a.

WBF. **World Beef Report 1700**. Montevideu: Tardáguila Agrimercados, 26 ago. 2026. 22 p. ISI Markets: EMIS NEXT. Acesso restrito.

_____. Foreign Agricultural Service. **Livestock and products semi-annual**: Brazil. Brasília, DF: USDA/FAS, 3 mar. 2026. Report n. BR2026-0010. 2026b.

_____. Foreign Agricultural Service. **China announces TRQ following beef safeguard investigation**. Beijing: USDA/FAS, 5 jan. 2026. Report n. CH2026-0001. 2026c.

_____. Foreign Agricultural Service. **Reviewing the tariff-rate quotas for U.S. beef imports**. Washington, DC: USDA/FAS, 1 dez. 2022.

Todas as edições do caderno setorial disponíveis em:
<https://www.bnb.gov.br/etene/caderno-setorial>

Conheça outras publicações do ETENE
<https://www.bnb.gov.br/etene>